

Chega de trabalhar para pagar a dívida externa

www.pcrbrasil.org

Há anos que o Brasil vem se submetendo às imposições do Fundo Monetário Internacional, o FMI. As conseqüências dessa submissão têm sido desastrosas para nosso país e nosso povo: 54 milhões de brasileiros vivem na pobreza e 12 milhões de trabalhadores estão desempregados.

O último acordo que o Brasil assinou com o FMI foi em agosto de 2002. Este acordo foi referendado pelo Governo Lula e terminará em novembro deste ano. É momento, portanto, de se fazer uma avaliação da necessidade de se assinar um novo acordo com o Fundo e quem serão seus beneficiários.

Os acordos com Fundo Monetário impõem que o Brasil tenha um superávit primário, isto é, economize anualmente 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) – R\$ 68 bilhões – para pagar os juros da dívida externa. Lembremos que todo esse dinheiro é economizado à custa de cortes nas verbas e nos investimentos sociais e é usado unicamente para o pagamento dos juros da dívida.

O pior é que por mais que o país pague juros e amortizações das dívidas externa e interna, elas não param de crescer. De janeiro a julho de 2003, o país já gastou 89,257 bilhões com o pagamento de juros. Por dia, o Brasil gasta com juros a exorbitância de R\$ 568 milhões.

Mesmo assim, em agosto de 2003, a dívida externa do Brasil – aliás, uma dívida já paga inúmeras vezes – se encontrava em US\$ 232 bilhões e o Brasil é ainda o maior devedor do FMI. Mais: em julho, a dívida pública atingiu R\$ 877,157 bilhões.

Por isso, como muito bem declarou o professor Celso Furtado “O país vive só para pagar os juros”.

Mas, além de impor que o país reserve bilhões de dólares para pagar juros, o FMI impõe também cortes nos investimentos, arrocho dos salários e a reforma da previdência. Por isso, em oito meses, o governo praticamente não fez nenhum grande investimento, agravando em muito, a já precária situação da educação, da saúde, da habitação e a recessão na economia. Prova disso é o crescimento do desemprego.

Com o FMI crescem desemprego e arrocho dos salários

Segundo o Ministério do Trabalho, só nos primeiros meses deste ano, 600 mil trabalhadores foram desempregados nas grandes cidades. Por sua vez, pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) apontou em junho quase dois milhões de pessoas desempregadas, 20% da População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de São Paulo.

E, se de um lado cresce o desemprego, de outro cresce o arrocho salarial: de julho de 2002 a julho de 2003, os salários dos trabalhadores tiveram uma redução de 16,4% em valor real. Já o salário mínimo, que segundo o Dieese deveria estar em R\$ 1.466,73 para atender as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, são somente R\$ 240,00 e os servidores públicos receberam um reajuste de apenas 1% em seus salários.

Também, como conseqüência do corte de verbas imposto pelo FMI, apenas dez mil famílias serão assentadas em 2003, embora 618 mil pessoas –149 mil famílias – estejam acampadas à espera de terra para trabalhar.

Na educação, a situação é grave. Universidades federais atrasam pagamentos de água e luz, verbas de pesquisas e bolsas são cortadas, não houve aumento das vagas nas universidades públicas e tampouco a construção de novas universidades, deixando milhares de estudantes sem acesso ao ensino superior.

Ainda como resultado do arrocho imposto pelo FMI, milhares de crianças nos estados de Pernambuco e na Bahia voltaram a trabalhar, muitas delas nos lixões, por não receberem o pagamento das bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Se não bastasse, foi também para atender aos interesses do FMI que o Governo fez a chamada reforma da Previdência. Alegou o Governo que era preciso resolver o déficit da Previdência e por isso precisava taxar os aposentados.

Ora, a crise que vive a previdência é causada pela recessão, pela crise econômica que o país vive, pelo enorme crescimento do desemprego e, conseqüentemente, da queda da arrecadação. Não será com uma política que gera mais recessão que esse problema será resolvido, pelo contrário.

Além do mais, apenas suspendendo por um ano o pagamento dos juros da dívida externa, o governo economizaria mais do que a reforma da Previdência em 30 anos. Aliás, o próprio FMI reconheceu seu interesse pela aprovação da reforma da Previdência e da reforma tributária, ao afirmar em relatório divulgado no dia 28 de julho que deveria ter pressionado mais o governo brasileiro em 2002 para aprovar as reformas previdenciária e tributária.

Porém, se o povo brasileiro passa por todos esses sacrifícios devido à política econômica ditada pelo FMI, o mesmo não ocorre com a classe dos capitalistas, a burguesia, os ricos desse país. De fato, grandes monopólios nacionais e estrangeiros vêm a cada mês seus lucros crescerem.

Apenas 12 bancos privados tiveram no primeiro semestre de 2003 um lucro de R\$ 4,29 bilhões. Só o Itaú teve um lucro superior a R\$ 1,4 bilhão.

Mais: levantamento feito com 124 monopólios privados do país, entre eles, CSN, Vale do Rio Doce, Gerdau, Pão de Açúcar, Embratel (MCI), Votorantim, revelou que o lucro dessas empresas disparou de R\$ 2 bilhões nos primeiros seis meses de 2002 para R\$ 20,9 bilhões em igual período de 2003. Em resumo, em um ano, os salários dos trabalhadores caíram mais de 16%; em seis meses, os lucros dos capitalistas cresceram R\$ 18 bilhões, ou seja, 1.045%.

No campo, a situação é igual. Enquanto quase quatro milhões de famílias vagam sem terra, vivem em acampamentos à beira das estradas e dependem de uma cesta básica para continuar vivendo, a safra agrícola chega a 120 bilhões de grãos. Entretanto, grande parte dessa riqueza vai ser exportada e o dinheiro recebido vai todo para os bolsos dos grandes grupos econômicos que exploram a agricultura brasileira, embora toda essa produção tenha recebido mais de R\$ 27 bilhões do Governo Federal, ou seja, foi toda financiada com dinheiro do povo brasileiro.

FMI agora quer impor a Alca ao Brasil

Mas a lista de imposições do FMI para o Brasil não termina aqui. Após defender desde 2001 a cobrança de mensalidades nas universidades públicas brasileiras, o FMI quer, agora, como declarou o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o alemão Horst Köhler, que o Brasil acate a proposta dos Estados Unidos de criação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca. Segundo ele, a proposta dos EUA é “bem-vinda” e necessária aos países da América Latina.

A verdade, porém, é outra. Caso seja implantada a Alca, a moeda nacional desaparecerá, dando lugar a uma moeda única, o dólar, que, como é a moeda dos EUA, só este país pode imprimir. Assim, será o Fed (Banco Central dos Estados Unidos) que ditará toda a política monetária para os países da América Latina. Caso a Alca se concretize, todas as conquistas e direitos dos trabalhadores, direitos humanos, segurança social, normas de saúde e ambientais estarão ameaçados, uma vez que essa nova área não será regida pela Constituição brasileira, e sim por novas leis criadas pelos Estados Unidos. Logo, a Alca significará o fim da soberania nacional e mais desemprego.

É importante lembrar também que foi sob as ordens do FMI que foram privatizadas as estatais brasileiras. Isto é, verdadeiras doações do patrimônio público foram feitas a um pequeno grupo de privilegiados, deixando mais de 500 mil trabalhadores desempregados.

Por outro lado, as privatizações deixaram nas mãos de verdadeiros tubarões as tarifas de serviços essenciais para a população como luz elétrica, telefone, água, gás etc. Assim, cabe hoje às agências nacionais a decisão sobre todas as tarifas públicas. A Anatel, por exemplo, decide sobre os aumentos do telefone; A Aneel (agência de energia elétrica) sobre as tarifas de energia elétrica e assim por diante. As conseqüências são os abusivos aumentos nas tarifas de energia, telefone, água e a elevação do custo de vida.

Como se vê, ao contrário do que pensa e defende o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não há nenhuma possibilidade de o Brasil melhorar as condições de vida do povo, resolver o desemprego e os graves problemas sociais, mantendo o acordo com o FMI.

Muito pelo contrário, o primeiro passo que precisa ser dado para dar início às profundas mudanças pelas quais o nosso povo tanto luta, é denunciar este infame tratado e não assinar mais nenhum acordo com o FMI.

Alega-se para manter a mesma política econômica de FHC, isto é, a política de submissão ao FMI, que é preciso não contrariar o mercado. Foi com esse argumento, por exemplo, que o Sr. Henrique Meirelles, ex-presidente do Bank de Boston e deputado federal eleito pelo PSDB, virou presidente do Banco Central do Brasil; que Antonio Palloci é Ministro da Fazenda e que o governo se infectou de elementos da direita, como Luiz Fernando Furlan, ex-presidente da Sadia, e agora Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e Roberto Rodrigues, ex-presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness, e atual Ministro da Agricultura.

Mas, quem é o mercado, senão a grande burguesia nacional e estrangeira, os especuladores com os títulos da dívida pública, os que dominam e exploram o povo brasileiro há séculos?

São estes que devem governar o Brasil e ter os seus interesses contemplados por um governo eleito por um povo cansado de ser explorado?

Como provam vários exemplos de nossa história, quanto mais concessões se fazem à insaciável burguesia nacional e ao imperialismo, mais estes exploradores se animam e mais exigem. Trata-se de um profundo erro, ceder às pressões dos capitalistas e de seus monopólios à espera de dias melhores, pois, é exatamente essa classe, a responsável pela miséria e pela fome no país.

O Brasil é um país rico, tem imensas riquezas, e está entre as 11 principais economias do mundo. Entretanto, nosso povo é pobre e vive miseravelmente. E uma das razões para essa situação é que a política econômica do Brasil não é do Brasil, e sim do FMI. Isto é, a subordinação ao Fundo Monetário e o domínio da economia nacional pelos monopólios nacionais e estrangeiros são os maiores responsáveis pelo crescimento do desemprego no Brasil. De fato, os trabalhadores são os que trabalham e produzem as riquezas, mas é uma ínfima minoria da população que se apropria do que é produzido.

Portanto, é preciso que o Governo Lula confie na classe operária, nos camponeses e no povo e tenha coragem de romper com a sujeição do país ao FMI e ao capital financeiro e enfrente sem medo os agiotas internacionais e nacionais que ganham fortunas com a dívida externa e a dívida interna. Mas não só. É preciso também tomar medidas severas contra os monopólios, impedir a as remessas de lucros para o exterior, democratizar os meios de comunicação, promover uma reforma agrária ampla, entregando terras férteis para os trabalhadores sem terra e o aumento geral dos salários, em particular do salário mínimo.

Por isso, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) defende que o Governo Lula não assine nenhum acordo com o FMI, anule todos os leilões fraudulentos das privatizações e retome as estatais para o controle do povo brasileiro, suspenda os pagamentos das dívidas externa e interna; congele os preços e coloque a economia sob controle popular.

Desse modo, o único caminho certo a ser seguido pelo governo Lula é fazer a opção pelos milhões de trabalhadores brasileiros que há 500 anos são explorados por uma reduzida minoria e realizar as profundas mudanças porque o nosso povo tanto deseja e luta. Só com um governo que governe para os pobres e combata os privilégios que há séculos os ricos têm nesse país, será possível vencer a fome, a miséria e o desemprego.

Não ao FMI e à Alca! Soberania sim!

Manoel Lisboa vive! Viva o socialismo!

III Congresso do Partido Comunista Revolucionário – PCR